

Proposta de Lei n.º 65/XII

Texto com as alterações propostas pela a.p.t.p.s.

Texto proposto **Marcado a azul**

Texto a eliminar **Marcado a amarelo**

É necessário fazer a renumeração do articulado

Resumo das justificações da a.p.t.p.s.

1. A designação das profissões, Técnico, e Técnico Superior, de Segurança e Higiene do Trabalho, foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 110/2000.

Desde então não houve quaisquer outras designações em qualquer outra legislação ou regulamentação, relacionadas com as competências referidas no Dec.-Lei n.º 110/2000.

O facto de existirem, entre outras, as designações de Técnicos de Prevenção Civil, Técnicos de Higiene Ambiental, Médicos do Trabalho, Enfermeiros do Trabalho, Psicólogos do Trabalho, Sociólogos do Trabalho, Ergonomistas, nenhuma delas é equivalente ou sobreponível às de Técnico, e Técnico Superior, de Segurança e Higiene do Trabalho.

Em relação às designações estrangeiras, temos as mais variadas, desde os Técnicos/Directores de Prevenção e Segurança (Espanha e França) ao Health, Safety and Environmental Officer/Manager (Ingleses), ou os Safety Officer/Manager (Americanos, Alemães, Holandeses, ...).

Não há tendências e a uniformização não existe, pelo que é perfeitamente pacífica, a manutenção do nome existente. Mas, haverá que ter o rigor na eliminação das versões “de Higiene e Segurança” e outras que se misturem com as actualmente existentes, em especial em documentos oficiais.

2. A designação “Titulo Profissional” aparece ligada a profissões reguladas com Ordens ou Câmaras Profissionais, enquanto a designação “Certificado de Aptidão Profissional” aparece associada às profissões reguladas que não dispõem de associações profissionais. Assim, parece-nos preferível manter a designação de Certificado de Aptidão Profissional.

3. A conformação das condições de acesso à prática da profissão com a autorização de exercício por cidadãos de outros Estados-Membros terá de ter em conta dois princípios:

a) O princípio básico é o da não autorização de exercício da profissão a quem não disponha de Certificado de Aptidão Profissional, pelo que o pedido de autorização deverá ser obrigatório para qualquer cidadão de outro Estado-Membro ou de país terceiro. O Manual de Procedimentos deve conter, para além dos procedimentos de reconhecimento de equivalência entre títulos de formação, os procedimentos de autorização provisória necessários.

b) A criação de condições de excepção, permitindo o acesso à prática da profissão a pessoas que não disponham de formação académica ou profissional com as componentes técnicas e científicas necessárias, só é admitida enquanto se lhes permite a frequência da formação qualificante necessária – tal como aconteceu com os cidadãos nacionais. De outro modo, criar-se-iam situações de discriminação dos cidadãos nacionais, e que serão inadmissíveis perante a Constituição da República Portuguesa.

Quanto às questões da livre prestação de serviços (relacionamento comercial entre partes), não nos parece que sejam possíveis de confundir com a única questão em jogo neste âmbito: a qualificação académica/profissional e a autorização de pessoa, cidadão de outro Estado-Membro ou de país terceiro, para exercer as profissões aqui reguladas.

4. Ocorrem situações em que se permite o exercício de funções técnicas a pessoas que não dispõem das qualificações necessárias. Também ocorrem situações, em especial em concursos públicos, em que se

exige, que os Técnicos Superiores tenham determinadas qualificações académicas que nada têm a ver com a qualificação necessária ao desempenho da sua função como Técnico Superior de SHT.

O exercício das actividades técnicas por pessoas não qualificadas, ou as limitações e discriminações impostas ao exercício da actividade dos Técnicos e Técnicos Superiores, são situações que deverão ser penalizadas.

5. O Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, CNHST, estrutura existente, com estrutura, funções e atribuições definidas no Decreto-Lei n.º 245/2001, de 8 de Setembro, deve ser o órgão de cúpula da Rede Nacional de Prevenção de Riscos Profissionais. Basta que na sua constituição estivessem presentes os representantes das estruturas de ensino e formação do estado e privados, bem como os representantes das várias profissões intervenientes no sector.

Essa estrutura, devidamente organizada, poderia discutir e propor à aprovação o Manual de Certificação e o Manual de Homologação dos Cursos de formação profissional e, proceder à apreciação de processos de candidatura aos certificados de aptidão profissional e homologação dos cursos de formação.

6. O percurso académico ou formativo de acesso às profissões deve ser discutido no âmbito do CNHST, antes de promover quaisquer alterações que já se consideram necessárias e urgentes – mas o processo tem de ter a transparência e a dignidade necessária.

7. Não faz sentido que a lei vá ao pormenor de indicar os conteúdos ou as formalidades a incluir nos procedimentos. Assim, todo o texto do artigo 6º é eliminado. A entidade certificadora será escrutinada pelo CNHST, na qual está inserida.

Pelos mesmos motivos, os artigos 10º, 11º, 12º, e 13º são eliminados, porque são matérias a incluir no Manual de Procedimentos.

8. A formação inicial dos Técnicos, e Técnicos Superiores, de Segurança e Higiene no Trabalho que é requerida para a certificação inicial é a necessária ao desempenho da sua profissão. Assim, adquirida a competência profissional, não concebemos qualquer motivo que possa ser exigido para fazer uma qualquer formação que seja requisito para a manutenção da certificação profissional. A formação contínua, a ser requerida é-o por força da necessidade de especialização ou da progressão profissional.

9. Os percursos de acesso à obtenção do certificado de aptidão profissional estão definidos no artigo 5º, incluindo as habilitações académicas prévias. Assim não faz sentido a repetição das condições de acesso à formação inicial, pelo que se elimina o artigo 9º.

Proposta de Lei 65/XII

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

1 - A presente lei estabelece os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene de no trabalho e de técnico de segurança e higiene de no trabalho, de emissão dos respetivos títulos profissionais certificados de aptidão profissional e de acesso e exercício da atividade de formação profissional desses técnicos.

2 - A presente lei procede ainda à conformação dos regimes referidos no número anterior com a disciplina constante da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, relativa ao reconhecimento de qualificações profissionais, do Decreto Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que estabelece os princípios e as regras para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços realizadas em território nacional e do Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP).

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos da aplicação da presente lei, entende-se por:

- a) «Entidade certificadora», a entidade do ministério responsável pela área laboral competente para a promoção da segurança e saúde no trabalho, para a emissão dos títulos profissionais de técnico superior de segurança e higiene de no trabalho e de técnico de segurança e higiene no de trabalho, bem como para a certificação a homologação dos respectivos cursos de formação de profissional. formações das respetivas entidades formadoras, nos termos do artigo 11.º; b) «Interessado», a pessoa singular que preencha os requisitos de acesso às profissões previstas na presente lei e que requer a atribuição do respetivo título certificado de aptidão profissional;
- c) «Técnico de segurança e higiene de no trabalho», o profissional que desenvolve atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais;
- d) «Técnico superior de segurança e higiene de no trabalho», o profissional que organiza, desenvolve, coordena e controla as atividades de prevenção de proteção contra riscos profissionais.

Artigo 3.º

Título Certificado de aptidão profissional

1 - As profissões de técnico superior de segurança e higiene de no trabalho e de técnico de segurança e higiene de no trabalho em território nacional só podem ser exercidas por quem for detentor de título certificado de aptidão profissional válido.

2 - É nulo o contrato pelo qual alguém se obriga a exercer as profissões referidas no número anterior sem que possua título certificado de aptidão profissional válido.

~~3 — Excetuam-se do disposto nos números anteriores os profissionais qualificados para as atividades descritas nas alíneas c) ou d) do artigo anterior noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que prestem serviços em Portugal em regime de livre prestação, nos termos do Capítulo II da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, sempre que não sejam sujeitos ao procedimento previsto no artigo 6.º daquela lei.~~

~~4 — As referências legislativas a técnicos superiores de segurança do trabalho e a técnicos de segurança do trabalho devem entender-se como abrangendo os profissionais referidos no número anterior, exceto quando o contrário resulte das normas em causa.~~

3 - Constitui contra-ordenação muito grave, quem promover ou aceitar contrato para o exercício da profissão de Técnico, ou de Técnico Superior, de Segurança e Higiene no Trabalho, sem dispor de Certificado de Aptidão Profissional.

4 - Constitui contra-ordenação muito grave quem promova a discriminação de acesso à prática da profissão, ou de algumas actividades profissionais especializadas, com fundamento na formação académica de base.

~~5 — Constitui contra-ordenação a violação do disposto no n.º 1, sendo punível com coima de € 1 000 a € 3 000.~~

Artigo 4.º

Manual de certificação Entidade certificadora

A entidade certificadora deve elaborar e divulgar na respetiva página eletrónica um manual de certificação que descreva os procedimentos relativos à apresentação e avaliação dos requerimentos, à emissão, suspensão e revogação dos respetivos títulos profissionais, às condições de certificação das respetivas entidades formadoras, tendo em conta o disposto na presente lei e na portaria referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º, bem com a necessária articulação com o Catálogo Nacional das Qualificações.

1 - O Estado deverá promover, com o apoio de entidades privadas e cooperativas, a organização de uma estrutura que seja responsável pela certificação dos Técnicos, e Técnicos Superiores, de Segurança e Higiene do Trabalho.

2 - A estrutura certificadora terá delegações nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

3 – A entidade referida no número anterior, em cooperação com as entidades responsáveis pelo sistema de formação profissional e pelo sistema de ensino, será responsável pela homologação dos cursos de formação dos Técnicos, e Técnicos Superiores, de Segurança e Higiene do Trabalho.

4 – Até à constituição e formalização da instituição referida nos números anteriores, a certificação de técnicos, e técnicos superiores, e a homologação de cursos de formação é assegurada pela entidade competente do ministério responsável pela área laboral.

5 – A entidade certificadora preparará, para aprovação do **Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho**, um Manual de Procedimentos que terá por objectivo definir os procedimentos relativos à apresentação e avaliação dos requerimentos, à emissão, suspensão e revogação dos certificados de aptidão profissional e aos processos de homologação dos cursos de formação profissional, tendo em conta o disposto no presente diploma.

6 – O Manual de Certificação, referido no número anterior, deverá conter, ainda, os procedimentos de obtenção de equiparação dos profissionais nacionais de Estados-Membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, qualificados noutro Estado-Membro ou em país terceiro, que pretendam exercer actividade profissional, com a qualificação de Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho, ou de Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho, em território nacional.

7 – O Manual de Certificação referido no n.º 5 deverá conter os procedimentos de suspensão e cassação do Certificado de Aptidão Profissional e de suspensão e revogação da homologação dos cursos profissionais, bem como os procedimentos de recurso hierárquico aplicáveis.

8 – Existindo Câmara Profissional com competência nesta área profissional, caber-lhe-ão as responsabilidades da preparação do Manual de Procedimentos, de certificação dos técnicos, e dos técnicos superiores, e da homologação dos cursos de formação.

CAPÍTULO II

Do acesso à profissão

Artigo 5.º

Requisitos de atribuição do **título certificado de aptidão profissional**

1 - A entidade certificadora atribui o **título certificado de aptidão** profissional de técnico superior de segurança e higiene de no trabalho ao interessado que preencha um dos seguintes requisitos:

a) ~~Doutoramento, mestrado ou~~ Licenciatura que se situe na área da segurança e higiene de no trabalho reconhecido pelo membro do Governo responsável pela área da educação e homologado pela entidade certificadora, para efeito de atribuição do certificado de aptidão profissional, ~~desde que o comunique à entidade certificadora;~~

b) Outra licenciatura ou bacharelato e frequência com aproveitamento de curso de formação inicial de técnico superior de segurança e higiene de no trabalho, homologado nos termos referidos no presente diploma ministrado por entidade certificada nos termos do Capítulo IV;

c) Qualificações profissionais reconhecidas nos termos do artigo 6.º ou do artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.

2 - A entidade certificadora atribui o título profissional de técnico de segurança e higiene de no trabalho ao interessado que preencha um dos seguintes requisitos:

a) 12.º Ano de escolaridade ou equivalente e frequência com aproveitamento de curso de formação inicial de técnico de segurança e higiene de no trabalho ministrado por entidade formadora certificada nos termos do Capítulo IV e inserido no sistema de educação e formação homologado pela entidade certificadora, para efeito de atribuição do certificado de aptidão profissional;

b) 9.º Ano de escolaridade e frequência com aproveitamento de curso homologado, pela entidade certificadora, de formação de técnico de segurança e higiene de no trabalho ministrado por entidade

formadora ~~certificada nos termos do Capítulo IV e inserido~~ inserida no sistema de educação e formação que confira no final o 12.º ano de escolaridade;

c) Qualificações profissionais reconhecidas nos termos do artigo 6.º ou do artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.

~~3 — Os profissionais nacionais de Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu qualificados noutro Estado-Membro ou em país terceiro, para as atividades descritas nas alíneas c) e d) do artigo 2.º, que prestem atividade em Portugal em regime de livre prestação de serviços, mas não devam ser sujeitos ao procedimento de verificação prévia das qualificações previsto no artigo 6.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, operam em Portugal sob o título profissional do Estado-Membro de origem ou, caso inexista, sob a designação do seu título de formação.~~

Artigo 6.º Emissão dos títulos profissionais

~~1 — A emissão do título profissional é requerida à entidade certificadora pelo interessado.~~

~~2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o requerimento deve conter o nome, a morada e os números de identificação civil e fiscal do interessado e deve ser acompanhado de diploma de qualificação, certificado de qualificações ou certificado de formação profissional que comprove a conclusão com aproveitamento do respetivo curso de formação inicial.~~

~~3 — O título profissional é emitido no prazo de 40 dias após a receção, pela entidade certificadora, do requerimento do interessado.~~

~~4 — O decurso do prazo previsto no número anterior, sem que o título profissional tenha sido emitido ou a decisão de recusa do mesmo tenha sido notificada ao interessado, tem como efeito o seu deferimento tácito, valendo o diploma de qualificação e, quando tal seja exigível, o certificado de qualificações que comprove a conclusão com aproveitamento do respetivo curso de formação inicial, acompanhado do comprovativo de pagamento da taxa devida, como título profissional para todos os efeitos legais.~~

~~5 — A emissão de títulos profissionais por reconhecimento de qualificações profissionais obtidas noutros Estados Membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu ocorre simultaneamente com a decisão de reconhecimento, nos termos dos procedimentos referidos nos artigos 6.º e 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.~~

CAPÍTULO III

Do exercício da profissão

Artigo 7.º

Deontologia profissional

1 - Os técnicos superiores de segurança e higiene de no trabalho e os técnicos de segurança e higiene de no trabalho devem desenvolver as atividades definidas no perfil profissional respetivo, constante do manual de certificação referido no artigo 4.º, de acordo com os seguintes princípios deontológicos:

- a) Considerar a segurança e saúde dos trabalhadores como fatores prioritários da sua intervenção;
- b) Basear a sua atividade em conhecimentos científicos e competência técnica e propor a intervenção de peritos especializados, quando necessário;
- c) Adquirir e atualizar manter as competências e os conhecimentos necessários ao exercício das suas funções;
- d) Executar as suas funções com autonomia técnica, colaborando com o empregador no cumprimento das suas obrigações;
- e) Informar o empregador, os trabalhadores e os seus representantes eleitos para a segurança, higiene e saúde no trabalho sobre a existência de situações particularmente perigosas que requeiram uma intervenção imediata;

f) Colaborar com os trabalhadores e os seus representantes **eleitos** para a segurança, **higiene** e saúde **de no** trabalho, desenvolvendo as suas capacidades de intervenção sobre os fatores de risco profissional e as medidas de prevenção adequadas;

g) Abster-se de revelar **segredos de fabricação, processos de exploração**, informações referentes à organização, métodos de produção ou negócios de que tenham conhecimento em virtude do desempenho das suas funções;

h) **Assegurar** a protecção e **Proteger** a confidencialidade dos dados, que afetem a privacidade dos trabalhadores, **e de que venha a tomar conhecimento**;

i) Consultar e cooperar com os organismos da rede nacional de prevenção de riscos profissionais.

2 - São nulas as cláusulas contratuais que violem o disposto no número anterior, ou obriguem os técnicos superiores de segurança do trabalho ou os técnicos de segurança do trabalho a não cumprir os deveres correspondentes.

3 - Constitui contraordenação **muito grave**, a violação **ou o estabelecimento de normas contratuais contrárias ao** **de** disposto no n.º 1, **sendo punível com coima de € 500 a € 1 000.**

Artigo 8.º

Suspensão e revogação do título profissional

~~1 - A entidade certificadora suspende o título profissional quando, em cada período de cinco anos:~~

~~a) Não se verifique a atualização científica e técnica, através da frequência de formação contínua correspondente a, pelo menos, 50 horas;~~

~~b) Os técnicos que tenham um exercício profissional inferior a dois anos não frequentem 100 horas de formação contínua.~~

~~2 - A suspensão do título profissional cessa logo que o profissional comprove a frequência de formação contínua, devida nos termos do número anterior.~~

~~3~~ 1 - A entidade certificadora **promove a suspensão ou cassação do certificado de aptidão** **revoga o título** profissional quando se verificar:

a) A falsidade de qualquer elemento comprovativo dos requisitos para a respetiva emissão;

b) A violação grave dos princípios de deontologia profissional.

~~4~~ 2 - No caso de suspensão ou revogação do título profissional, o infrator é notificado para proceder, voluntariamente, à sua entrega do mesmo à entidade certificadora, sob pena de ser determinada a sua apreensão no âmbito do respetivo processo de contraordenação.

~~5~~ 3 - Ao procedimento de suspensão ou **cassação** **revogação** do **título** **certificado de aptidão** profissional é aplicável o Código do Procedimento Administrativo.

CAPÍTULO IV

Da formação profissional

Artigo 9.º **Requisitos de acesso à formação**

~~1 - Para acesso à formação de técnico superior de segurança do trabalho, os interessados devem possuir licenciatura, não abrangida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º, ou bacharelato~~

~~2 - Para acesso à formação de técnico de segurança do trabalho, os interessados devem possuir um dos seguintes requisitos:~~

~~a) 12.º Ano de escolaridade ou equivalente;~~

~~b) 9.º Ano de escolaridade.~~

Artigo 10.º **Deveres das entidades formadoras**

1— São deveres da entidade formadora:

a) Organizar e desenvolver os cursos de formação em conformidade com as condições estabelecidas no manual de certificação referido no artigo 4.º;

b) Observar princípios de independência e de igualdade no tratamento de todos os candidatos à formação e formandos;

c) Colaborar nas auditorias realizadas pela entidade certificadora;

d) Fornecer à entidade certificadora os elementos relativos ao exercício da atividade, sempre que lhe sejam solicitados;

e) Manter, pelo período de cinco anos, o registo dos cursos de formação realizados, bem como os processos individuais dos formandos;

f) Comunicar à entidade certificadora, no prazo de 10 dias, a mudança de sede ou estabelecimento principal em território nacional.

2— Constitui contraordenação a violação do disposto no número anterior, sendo punível com coima de € 200 a € 600 ou de € 1 000 a € 3 500, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva.

Artigo 11.º **Certificação das entidades formadoras**

1— Sem prejuízo do disposto no n.º 4, a certificação das entidades formadoras que ministrem cursos de formação de técnico superior de segurança do trabalho ou de técnico de segurança do trabalho segue os trâmites da Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, com as seguintes adaptações:

a) A entidade competente para a certificação é o organismo do ministério responsável pela área laboral, com competência para a promoção da segurança e saúde no trabalho;

b) As ações de formação a ministrar devem comprovadamente cumprir o disposto no artigo 14.º;

c) Outros requisitos específicos, em complemento ou derrogação dos requisitos constantes da Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, aprovados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas laboral e da educação.

2— A certificação de entidades formadoras referida no número anterior, expressa ou tácita, é comunicada por meio eletrónico ao serviço central do ministério responsável pela área laboral competente para a certificação de entidades formadoras, no prazo de 10 dias.

3— A certificação só produz efeitos após o pagamento das taxas devidas pela entidade formadora aquando da apresentação do pedido de certificação.

4— Para efeitos do presente diploma, são equiparadas a entidades formadoras certificadas as demais entidades referidas no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, e ainda as entidades que ministrem cursos de ensino superior devidamente acreditados.

5— Constitui contraordenação a realização de cursos de formação profissional de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho por entidade formadora não certificada, sendo punível com coima de € 1 000 a € 3 000 ou de € 5 000 a € 15 000, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva.

Artigo 12.º **Comunicação de cursos de formação**

1— As entidades formadoras referidas no artigo anterior devem apresentar à entidade certificadora mera comunicação prévia relativa a cada ação de formação, com a indicação dos elementos previstos no manual de certificação, designadamente os seguintes:

a) Identificação da ação a ministrar, com data de início, duração, horário de funcionamento e local;

b) Cópia ou acesso eletrónico pela entidade certificadora aos manuais de formação do curso de formação, ou simples indicação dos mesmos, no caso de já terem sido anteriormente disponibilizados;

c) Identificação dos formadores, acompanhada de *curriculum vitae* que evidencie a posse de competências adequadas às matérias que vão ministrar, salvo se tal já tiver sido anteriormente disponibilizado;

d) Identificação dos formandos e indicação dos respetivos números de identificação civil e de identificação fiscal.

2 – Constitui contraordenação a violação do disposto no número anterior, sendo punível com coima de € 500 a € 1 500 ou de € 2 500 a € 7 500, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva.

Artigo 13.º ~~Controlo sucessivo da atividade~~

~~A atividade de entidade formadora pode ser interdita e as respetivas ações de formação coercivamente encerradas sempre que a entidade certificadora conclua, no decurso de auditorias, pela verificação de violações graves e reiteradas dos requisitos de exercício da atividade de formação profissional, por parte da entidade formadora.~~

Artigo 14.º

Requisitos dos cursos de formação

1 - Os cursos de formação inicial de técnico superior de segurança e higiene de no trabalho devem ter durações mínimas de 540 horas.

2 - Os cursos de formação inicial de técnico de segurança e higiene de no trabalho devem ter durações mínimas de 1200 horas ou de três anos de acordo com a duração referida nas modalidades do sistema de educação e formação, conforme os requisitos de acesso sejam respetivamente o 12.º ano ou o 9.º ano, nos termos identificados no n.º 2 do artigo 9.º.

3 - Os cursos de formação inicial de técnico superior de segurança e higiene de no trabalho devem:

a) Incluir os seguintes conteúdos fundamentais:

i) Noções de estatística e fiabilidade;

ii) Legislação, regulamentos e normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;

iii) Gestão das organizações;

iv) Gestão da prevenção;

v) Avaliação de riscos profissionais;

vi) Controlo de riscos profissionais;

vii) Organização da emergência;

viii) Segurança de no trabalho;

ix) Ergonomia;

x) Psicossociologia do trabalho;

xi) Técnicas de informação, de comunicação e de negociação;

xii) Conceção e gestão da formação.

xiii) Higiene no Trabalho;

~~b) Integrar uma componente de formação prática em contexto real de trabalho.~~

b) Integrar componentes de formação prática:

i) Em contexto de formação;

ii) Em contexto real de trabalho.

4 - Os cursos de formação inicial de técnico de segurança e higiene de no trabalho devem:

a) Incluir os seguintes conteúdos fundamentais:

- i) Organização do trabalho;
- ii) Psicossociologia do trabalho;
- iii) Informação e comunicação;
- iv) Noções de pedagogia;
- v) Legislação, regulamentos e normas sobre segurança, **higiene** e saúde do trabalho;
- vi) Noções básicas de estatística e probabilidades;
- vii) Gestão da prevenção;
- viii) Procedimentos de emergência;
- ix) Avaliação de riscos;
- x) Segurança do trabalho;
- xi) Noções básicas de ergonomia.

~~b) Integrar uma componente de formação prática em contexto real de trabalho.~~

b) Integrar componentes de formação prática:

- i) Em contexto de formação;**
- ii) Em contexto real de trabalho.**

~~5 – Os cursos de formação contínua de técnico de segurança do trabalho e de técnico superior de segurança do trabalho devem incluir os componentes e integrar os conteúdos constantes do manual de certificação referido no artigo 4.º.~~

Artigo 15.º

Níveis de qualificação

As qualificações do técnico superior de segurança **de no** trabalho e do técnico de segurança **de no** trabalho enquadram-se, respectivamente, nos níveis 6 e 4 de qualificações do Quadro Nacional de Qualificações.

Artigo 16.º

Reconhecimento de formações

~~1 – A entidade formadora certificada nos termos do presente capítulo pode dispensar a frequência de determinados módulos ou conteúdos de formação a formandos que já possuam as aptidões em causa, conferidas em formações ministradas pelas entidades formadoras referidas no artigo 11.º~~

~~2 – O disposto no número anterior não se aplica à formação em contexto real de trabalho.~~

Para efeitos de dispensa de frequência de determinados módulos ou conteúdos de formação, e mediante pedido prévio de reconhecimento de equivalências à entidade certificadora, podem ser reconhecidas formações, desde que estejam inseridas em sistemas de formação reconhecidos pela entidade certificadora e que conduzam à aquisição dos mesmos conhecimentos e competências.

Artigo 17.º

Avaliação da formação

1 - No final **de cada módulo de formação e no final** dos cursos de formação, os formandos são submetidos a provas de avaliação. **final.**

2 - Os formandos já detentores de outros títulos de formação na área da segurança e higiene, ou de áreas profissionais relacionadas, podem ser dispensados da avaliação **final modular** em matérias comuns e ou equivalentes.

CAPÍTULO V

Taxas

Artigo 18.º

Taxas

1 - É devido o pagamento de taxas pelos seguintes atos:

a) Emissão do **título certificado de aptidão** profissional e de segunda via do mesmo;

~~b) Certificação de entidades formadoras;~~

b) **Homologação de cursos;**

~~c) Receção da mera comunicação prévia referida no artigo 12.º~~

~~2 - É devido o pagamento de taxas pela realização de auditorias, determinadas pela entidade certificadora, que revelem anomalias no funcionamento dos cursos de formação homologados imputáveis à entidade formadora.~~

~~3~~ 2 - As taxas referidas nos números anteriores constituem receita da entidade certificadora.

4 3 - As taxas previstas no número anterior são estabelecidas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e laboral.

CAPÍTULO VI

Serviços de inspeção

Artigo 19.º

Inspeção

Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à entidade certificadora, é competente para o controlo do cumprimento do disposto no presente diploma o serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 20.º

Equiparação

Os certificados de aptidão profissional emitidos ao abrigo da legislação anterior ~~valem como títulos profissionais para a profissão a que respeitam,~~ **são equiparados aos definidos no presente diploma,** para todos os efeitos legais.

Artigo 20.º-A

Norma transitória

Enquanto decorrer o processo de criação e instalação da entidade certificadora descrita no artigo 4.º, as suas atribuições serão asseguradas pela entidade do ministério responsável da área laboral.

Artigo 21.º

Perfis profissionais

Os perfis profissionais de técnico superior de segurança e **higiene de** no trabalho e de técnico de segurança e **higiene de** no trabalho **são** ~~foram~~ publicados no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1ª série, n.º 31, de 22/8/2000, por iniciativa dos serviços competentes para o efeito.

Artigo 22.º

Balcão único e registos informáticos

1 - Todas as comunicações e as notificações necessárias à emissão de títulos profissionais de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho, assim como para certificar as respetivas entidades formadoras, bem como o envio de comunicações, de documentos, de requerimentos ou de informações, são realizadas por via eletrónica, através do balcão único eletrónico dos serviços, a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

2 - Quando, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, não for possível o cumprimento do disposto no número anterior, a transmissão da informação em causa pode ser efetuada por outros meios previstos na lei.

Artigo 23.º Regiões Autónomas

~~Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as competências da entidade certificadora são exercidas pelos órgãos e serviços próprios das respetivas administrações regionais.~~

Artigo 24.º

Validade nacional

Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, os títulos profissionais previstos na presente lei e a certificação de entidades formadoras têm validade nacional independentemente de terem sido decididos por entidade certificadora sediada no território continental ou nas regiões autónomas.

Artigo 25.º

Regime da responsabilidade contraordenacional

1 - O regime geral das contraordenações laborais previsto no Código do Trabalho aplica-se às infrações por violação da presente lei, sem prejuízo dos valores das coimas estabelecidos nos artigos anteriores, ~~com exceção das infrações por violação dos requisitos de acesso e exercício da atividade de entidade formadora, às quais se aplica o regime geral das contraordenações.~~

2 - O processamento das contraordenações laborais segue o regime processual previsto na Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro.

3 - O procedimento das contraordenações abrangidas pelo âmbito de aplicação da presente lei compete às seguintes autoridades administrativas:

a) À Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), quando estejam em causa contraordenações por violação de norma que consagre direitos ou imponha deveres a qualquer sujeito no âmbito de relação laboral e que seja punível com coima;

b) À Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), quando estejam em causa contraordenações praticadas por violação de norma relativa ao acesso e exercício da atividade económica.

4 - A negligência é punível, ~~sendo os limites mínimos e máximos das coimas reduzidos para metade.~~

Artigo 26.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 110/2000, de 30 de junho, alterado pela Lei n.º 14/2001, de 4 de junho.

Artigo 27.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 90 dias após a data da sua publicação.